

STF arquiva processo sobre violação do painel

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou ontem, por nove votos a um, a abertura de processo contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o deputado José Roberto Arruda (PFL-DF) e a ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), Regina Célia Peres Borges, acusados de ter violado, em junho de 2000, o painel de votação eletrônica do Senado, na sessão secreta que decidiu pela cassação do ex-senador Luiz Estevão, então do PMDB-DF.

Na época, ACM era presidente do Senado e Arruda, então filiado ao PSDB, líder do governo Fernando Henrique Cardoso no Congresso. Na sessão de ontem, a maioria dos ministros do STF considerou falha a denúncia apresen-

tada pelo Ministério Público contra os três e considerou que não foram tipificados os crimes de supressão de documento e de violação de sigilo funcional, nos quais o MP queria enquadrá-los.

No caso de ACM, o Ministério Público já se havia manifestado pelo arquivamento da denúncia por um dos crimes (violação de sigilo funcional) de que foi acusado. Isto porque, pela legislação penal, o crime já prescreveu porque ACM tem mais de 70 anos de idade.

O então senador Luiz Estevão foi cassado sob acusação de mentir à Comissão de Ética do Senado sobre o seu envolvimento no escândalo da obra superfaturada do Fórum Trabalhista de São Paulo, que causou desvio de R\$ 169 milhões.

MEMÓRIA 11 SET 2003

JORNAL DE BRASÍLIA

FOTOS: RENATO ARAÚJO



Antônio Carlos Magalhães



José Roberto Arruda



Regina Borges

■ Em junho de 2001, os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda renunciaram aos mandatos para preservarem seus direitos políticos e arquivar as investigações sobre a violação do painel eletrônico do Senado

■ As investigações começaram após conversa de ACM com o procurador da República Luiz Francisco de Souza em que o senador insinuava que teve acesso às informações sigilosas de como votaram os senadores na sessão secreta que cassou Luiz Estevão (PMDB-DF), em junho de 2000. A conversa foi gravada pelo procurador e divulgada dias depois

■ Foi instaurada no Senado uma investigação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para apurar o envolvimento do senador no episódio

■ Durante as investigações, Regina Borges, diretora à época do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), prestou depoimento em que afirmava que violou o painel de votação e imprimiu a lista de como votaram os senadores a pedido de Arruda. Segundo Regina e Arruda, a ação foi articulada por orientação de ACM

■ A decisão do Conselho de Ética foi de abrir um processo de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar contra ACM e Arruda

■ Nas eleições do ano passado, ACM se reelegeu para o Senado, enquanto Arruda, que havia deixado o PSDB para ingressar no PFL, foi eleito deputado federal, o mais votado no Distrito Federal. Regina Borges foi afastada do Prodasen